

# *Da biolinguística à ecolinguística: um câmbio de paradigma necessário [✱]*

[Celso Álvarez Cáccamo](#)

*Área de Linguística Geral  
Faculdade de Filologia  
Universidade da Corunha*

[Publicado, com pequenas variações, em *A Trabe de Ouro* 18 (1994), pp. 205-212; em *COMMVNICARE. Revista de Comunicação* 2 (1997), pp. 85-92; e em <http://www.udc.es/dep/lx/cac/artigos/ecoling.html>]

---

**NOTA:** Os números das notas aparecem entre parênteses quadrados. Cada referência bibliográfica está ligada apenas a primeira vez que aparece no texto.

---

## **O viés da biolinguística**

A metáfora da língua como vida tem já fincado profundamente as suas raízes na imaginação colectiva e nos vários discursos (técnicos, científicos, divulgadores) que organizam a relação simbólica do sujeito com o ambiente. Comumente, imaginam-se as línguas como organismos que nascem, vivem, reproduzem-se, sofrem decadência e morrem, mas nesta personificação narrativa do objecto objectualiza-se o sujeito, desagentiza-se o agente humano e eco-social produtor dessa língua. Noções como «conflito linguístico» ou «conflito entre línguas» mascaram o hercúleo esforço histórico das pessoas e dos grupos por administrarem o ambiente e a eles mesmos com os recursos de transformação material e simbólica que possuem: a fala, o sacho, a agulha que tece o pano das relações humanas, o fio da palavra, a fouce e o martelo, o computador com o qual medeio entre a minha singularidade e o ambiente: o computador que me transforma. Nesta mesma personificação da língua, quando se salienta que «morre uma língua» omite-se em geral que morre uma última pessoa, uma subjectividade irrepitível cujo papel historicamente inapelável consistia em se abordar a si própria em relação eco-sistémica com os outros. Finalmente, numa projecção metonímica, nos discursos hegemónicos de todos os colectivos cujas elites os dirigem a constituir-se em estado (a forma burocratizada da nação) vê-se a morte de uma língua também como a morte de uma cultura; mas através da biologização da cultura incorre-se de novo na desagentização dos grupos sociais que se constituem *em* e *por* essa cultura.

Este *discurso biolinguístico*, esta representação biofuncional da fala, tem como correlato, evidentemente, que o grau de *intervenção* técnica sobre o objecto orgânico está em função das necessidades de controlo e de apropriação material por parte dos expertos dirigentes. Não por coincidência, por exemplo, a morte recente (no 7 de

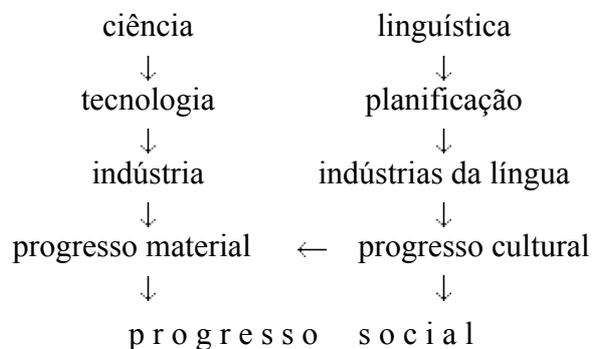
Outubro de 1992) do derradeiro falante da língua caucásica *ubhyk*, Tevfik Esenc, foi acompanhada por uma intensa pesquisa, durante os últimos meses da sua vida, das características morfológicas, fonéticas e sintáticas (é dizer, orgânicas) da língua em questão, ao qual o informante se prestou solicitamente (Haspelmath 1993). No vertiginoso desenvolvimento da ciência, as antigas unidades mínimas de análise vão cedendo perante a «descoberta» (em verdade, a *construção*) de unidades ainda mais miúdas, de âmbito antes impensável. Assim, o átomo, o gene ou o morfema, nas respectivas compartimentações física, biológica ou linguística da realidade, dão passo às unidades significativas mínimas da partícula subatômica, a cadeia de ADN e o til ortográfico; todas elas compartilham já o privilégio da indisponibilidade que lhes confere o *serem em si*. Destarte, a dimensão aplicada da ciência consiste na intervenção cada vez mais obsessivamente detalhada sobre a sintaxe da matéria e os seus símbolos. A fissão nuclear, a construção de circuitos supercondutores de grossura atômica, a manipulação genética baseada na colossal descrição sintática do Projecto Genoma, ou a segmentação e o disciplinamento correctivo dos acentos e outras unidades gráficas nas normativas linguísticas, são exemplos (cuja simultaneidade convoca à especulação teórica) do poder transformador dos grupos de expertos dirigentes nas sociedades estatalizadas.

A *representação biolinguística* como discurso e a *tecnificação biolinguística* como prática são os dous instrumentos fundamentais que regem a constituição de uma colectividade histórica em centro nevrálgico estatificado (linguisticamente institucionalizado) desde o qual continuar a administrar a expropriação da matéria -- quer dizer, o capitalismo, agora na sua «fase ecológica» (Escobar 1993)--. Como as cargas genéticas dos indivíduos, a língua padrão é concebida também como «recurso», e isto tanto desde os «discursos de igualdade» comentados por Aracil (1986), que vêm na educação democrática a garantia da «igualdade de oportunidades», como desde posições críticas essencialmente economicistas (Baudrillard 1981; Bourdieu 1977, 1982).

Enquanto o construto regulado da língua se constitui ademais em *salvaguarda simbólica* de uma «identidade» superestrutural que só mascara o projecto estatalizador das instituições, as práticas da fala ou da escrita tornam-se em *índices de outridade*, marcadores visíveis daqueles sujeitos falantes ou escreventes susceptíveis de intervenção disciplinar. Neste sentido, a engenharia linguística correctiva tem atingido já altos níveis de precisão nos laboratórios de assessoramento e intervenção linguística das instituições ratificadas (a administração pública) ou pactuadas (as editoriais). Numas e noutras, os técnicos legítimos aplicam sobre os textos alheios as técnicas de confirmada efectividade de extirpação de acentos, hífens e grafias com um mimetismo que conota inquietantemente a clitoritomia sistemática ou a manipulação eugénica das cadeias de ADN nos indivíduos racialmente diferentes. Pois ao se converter a diferença em doença ou desvio, o criador original desse texto cirurgicamente intervindo (como o possuidor desse corpo sintacticamente anómalo) fica relegado ao território estigmatizado da nova anormalidade, esvaziado de poder discursivo transformador, violado na sua singularidade, encadeado à lógica dominante da produção-reprodução material e simbólica.

Com efeito, no *complexo tecnolinguístico* da intervenção sobre a fala, a *biotecnolinguística* ou tecnologia linguística purificadora (isto é, a intervenção deliberada para alcançar a «normalidade») situa-se no plano da aplicação das

teorizações (rapidamente cambiantes) sobre a realidade da «língua», e está encaminhada à consecução do *progresso*. As tecnologias linguísticas planificadoras encaixam perfeitamente dentro do que se tem chamado a «flecha da tecnologia», que conduz desde o âmbito supostamente neutral da «ciência básica» até ao âmbito social e material:



Este labor purificador está intimamente ligado a interesses das classes que tentam fixar uma nova normalidade de práticas dentro de um determinado paradigma discursivo (chamado por Sanmartín «a superideologia da modernidade», 1992:231-232): quer dizer, o paradigma da *efi-ciência*, ou ciência eficiente (incluindo a linguística), baseada nos ideais modernos chave de *uniformidade* e *concentração*. A concentração de recursos e técnicas está estreitamente vinculada à necessidade do seu controlo por parte das elites dirigentes; e a procura da uniformidade (a unificação da língua e a «unificação do mercado linguístico» através do padrão, como o teorizara Bourdieu, 1982) é sem dúvida o sustento (polo menos, argumentativo) sobre o qual traçar a *linha da normalidade* que rege a categorização e ulterior estigmatização dos indivíduos e grupos desviantes.

No final, do ponto de vista que se tem chamado «teco-optimismo» (Sanmartín 1992), a estigmatização e marginalização dos indivíduos e grupos que desentendam da nova normalidade não seria mais do que um risco ou possível «efeito negativo secundário» que, junto com os «efeitos positivos primários», as elites políticas e técnicas deveriam avaliar:

«Precisamente [reproduz criticamente Sanmartín], labor das instituições políticas é criarem os canais para que efeitos primários positivos e efeitos secundários negativos se distribuam socialmente. *Dependerá do regime político quem hão de ser os destinatários principais de uns e outros*» (:229; itálicos meus). [1]

Tal é na actualidade, com variações, a visão biotecnolinguística dominante, e dificilmente poderá oferecer-se uma visão alternativa sem implodirmos aquela, isto é, sem questionarmos os próprios princípios de racionalidade moderna que ligam inextricavelmente a uniformidade linguística e a concentração de capital simbólico no padrão com a «eficácia» da produção cultural.

### **O fracasso da sociolinguística**

Poderia-se pensar que a *metáfora sociolinguística* oferece uma alternativa discursiva à visão bio-social, fundamentalmente tecnificada e utilitária da fala. De facto, o que

semelham ser abordagens sociolinguísticas subjazem aos discursos reivindicativos de identidade. É assim como, num primeiro momento, o construto central «diglossia» operou como um importante instrumento de resistência frente ao bilinguismo darwinista, bio-social, que contemplava (e contempla) o que darei em chamar a *glotodiversidade* [2] como mais outro domínio sujeito às leis de demanda e da oferta do mercado natural.

Porém, observa-se em certos discursos sociolinguísticos supostamente oposicionistas a persistência dos dous traços definidores dos discursos biolinguísticos: a personificação da língua, e a centralização de uma só noção fracamente teorizada, esta vez a de «diglossia». Este feito reflecte claramente o êxito dos mecanismos hegemónicos de construção do saber e, paralelamente, o fracasso de qualquer projecto alternativo que não questione a própria lógica de produção simbólica e a posição estrutural dos grupos geradores de discurso dentro desta lógica. Por exemplo, em visível semelhança com a tática dos discursos ecoliberais de culpabilizarem as próprias hordas de campesinhos despossuídos de contribuírem para o desflorestamento amazónico, a estendida noção do «auto-ódio», que levaria as populações despossuídas a praticarem a assimilação linguística (isto é, ao desflorestamento da língua nativa), é sem dúvida uma das mais nocivas entre as geradas pelas elites intermediárias de saber, por deslocar o centro de possível causalidade do processo de assimilação desde a necessidade até à ideologia ou mesmo até à vontade.

Mas, na verdade, o fracasso da sociolinguística programática em oferecer visões alternativas [3] não poderia ter sido doutro jeito, dado que um mesmo tipo de concepção biológica da sociedade (portanto, uma concepção *bio-sociolinguística*) domina amplamente o sentido comum, e, de novo, desde o paradigma científico dificilmente poderiam traduzir as elites de saber este sentido comum em discursos técnicos que podam contradizer a visão diária das cousas sem estas elites estarem seriamente dispostas a afrontar a esquizofrenia. Assim, vêem-se os sujeitos como «membros» de um «corpo» social cuja língua «luta» contra a «glotofagia» (como o expressara o tão citado Calvet, 1974), é dizer, contra ser «devorada» por outra «língua», em verdade *a máxima metáfora orgânica ainda encontrada*. Em consequência, a procura da normalidade de um grupo acarretará, primeiro, o combate contra a extinção maciça e, progressivamente, a conquista de novos territórios para a fala, nutrida já por modernas e variadas dietas de neologismos e por alimentos léxicos tradicionais que só os mais velhos do povo ou da manada sabem onde encontrar, que não *atopar*.

### **Uma visão ecolinguística**

Frente ao evidente escoramento e limitações da biolinguística tecnificada e frente ao fracasso da (bio)sociolinguística programática, precisamos de um novo paradigma que recupere a agencialidade humana através da linguagem. Em poucas palavras: precisamos de um *paradigma ecolinguístico* desde onde poderemos ré-situar a diversidade da fala como instrumento mediador ao serviço do sujeito no seu esforço histórico transformador do ambiente eco-social.

Esta proposta ecolinguística convoca em primeiro lugar a desenharmos uma nova geografia do passado e narrativa do presente da fala (ou, se se quer, uma nova *topografia histórica*), de centros locais e variáveis e, portanto, basicamente a-geométrica. Cumpre, por uma parte, uma compreensão e avaliação crítica das *táticas e*

*sistemas locais de troco ecolinguístico*, isto é, dos «domínios» da sociolinguística clássica mais a dimensão de produção material e social que acompanha a própria produção do signo. A compreensão deste âmbito micrológico deverá operar tanto no nível da elaboração de descrições técnicas necessárias para a acção social como no nível da cosmovisão e da prática diária; deste ponto de observação, trataria-se de privilegiar aquelas formas de glotodiversidade conectadas à transformação tradicional da matéria, à canalização tradicional do social, e à produção cultural tradicional, como instrumentos de ancoragem histórica.

Paralelamente, cumpre caminhar para uma *ré-territorialização ecolinguística* global, a uma ré-visão do Norte e o Sul geográficos e ecológicos, em relação oposicional com os centros dominantes actuais e em contraste com as teorizações geográficas hegemónicas. Evidentemente, re-inscrever-se naquele âmbito ecolinguístico natural onde as formas de fala jogam papeis semelhantes na mediação entre o sujeito, o entorno e a matéria, significa uma séria superação da geografia política em vigor: significa ré-situar-se, em primeiro lugar, no ponto menos privilegiado do território simbólico Norte-Sul, deconstruindo a ocidentalidade atlântica e reconstruindo-a em *meridionalidade simbólica* desde a qual poderemos exercer a gestão da fala sem cumplicidade com o Capital tecnolinguístico.

Dentro deste objectivo reterritorializador, cumpre assim mesmo revalorizar *o poder generativo da migração*: a humana, mas também a linguística. A segunda é necessária porque só na imigração de palavras, fórmulas, tácticas e protocolos discursivos doutros âmbitos ecolinguisticamente afins poderão ser recuperadas as raízes históricas agora soterradas baixo a racionalidade dos discursos estatistas. Quanto à migração humana, é necessária não só porque o movimento de pessoas e grupos para o Norte geográfico é crescente e imediato, senão porque são estes grupos e pessoas os verdadeiros portadores, transmissores e enriquecedores da palavra.

Por último, a alternativa ecolinguística passa por uma *descentralização e autogestão das técnicas e tecnologias de intervenção* (se se quer, a sua *eco-socialização*), focando de maneira crítica o actual «regime sociotécnico» (Winner 1992:294) específico da intervenção sobre a língua. Como aponta Winner,

«os sistemas sociotécnicos constam de regimes com características que podem ser descritas em termos políticos. Faz perfeito sentido falar de liberdade ou de falta desta, de igualdade ou desigualdade, de autoritarismo ou democracia, *assim como dos tipos de relações de poder que existem no seio de um sistema tecnológico*» (:294, itálicos meus).  
[4]

Isto é: trata-se, obviamente, de questionar também os actuais mecanismos de construção de saber-poder tecnolinguístico nas sociedades estatizadas. A penetração em novos territórios reais e simbólicos deverá incluir não só a expansão das formas discursivas próprias, mas também a geração de *novas formas de falar da fala*, novas teorizações que tendam a reduzir o imenso abismo entre os construtos teóricos dominantes e as práticas discursivas observáveis.[5] E, simultaneamente, cumpre avaliar com ânimo crítico o próprio processo da geração destes novos discursos (incluindo o papel estrutural dos seus geradores): a que pressupostos respondem estas teorizações, como se articulam com o senso comum sobre a língua, que interesses

beneficiam, e em que medida servem ou obstruem o amplo projecto da emancipação humana.

Em definitiva, o desafio consiste em desenhar um *desenvolvimento ecolinguístico sustentável* baseado numa *nova (auto)gestão da glotodiversidade*. Contra a lógica do máximo benefício (a *efi-ciência linguística*) que rege a alarmante redução da glotodiversidade e a substituição sistemática do historicamente nativo por novas formas linguísticas altamente produtivas, urge recuperar a criatividade produtiva da variedade, e reclamar o uso e desfrute dos recursos e úteis linguísticos em base a necessidades autogeradas, ainda que nem sempre os benefícios a longo prazo podam ser reconhecíveis inicialmente.

Por cair em duas únicas e últimas metáforas personificadoras, uma meta imediata do projecto ecolinguístico é que a palavra se liberte do paradoxo de ser abatida por si mesma, o paradoxo do carvalho milenário abatido por machados com cabo de carvalho. Melhor ainda, e evitando estas personificações, o objectivo é que, como mínimo, os próprios grupos sociais falantes e escreventes --particularmente os que ocuparem posições subalternas dentro do espaço ecolinguístico global-- reflexionem e reflexionemos criticamente sobre este imprático costume de *nos periferizar* e nos exterminar mutuamente: que questionemos, com sentido de responsabilidade histórica, esta perigosa prática actual de *asfixiar a glotodiversidade* sem avaliar aonde pode conduzir nem saber que interesses se estão a apoiar realmente.

---

## NOTAS

[\*] Agradeço os comentários a este texto feitos por Luzia Domínguez Seco, e os comentários e a revisão estilística de Mário J. Herrero Valeiro. Qualquer erro ou deficiência é da minha responsabilidade.

[1] «*Precisamente, labor de las instituciones políticas es crear los cauces para que efectos primarios positivos y efectos secundarios negativos se distribuyan socialmente. Dependerá del régimen político quiénes sean los destinatarios principales de unos y otros*». Todas as traduções são minhas.

[2] A noção de *glotodiversidade* inclui componentes da «heteroglossia» ou diversidade de vozes bakhtiniana (Bakhtin 1981), e da «etoglossia» ou «poder expressivo social de uma língua» de Cobarrubias (1986). É, neste senso, mais dinâmica do que a noção sociolinguística de «variação», que pode remeter só para um paradigma estrutural. Mas com *gloto-diversidade* enfatiza-se também o potencial mediador da variação na manutenção, o enriquecimento e a transformação dos sistemas ecolinguísticos.

[3] Desde uma formulação meramente descritiva, o trabalho de Haugen sobre «A ecologia da língua» («The ecology of language», 1972) não faz senão apresentar, apesar do seu prometedor título, uma visão puramente sociolinguística. A ecologia da língua define-se como «o estudo das interações entre uma língua dada e o seu ambiente» («*the study of interactions between any given language and its environment*», :325), privilegiando-se assim o construto da «língua» sobre a prática da fala. O que o autor

chama de «classificações ecológicas das línguas» (:332), como a de diglossia, são com efeito classificações sociolinguísticas. De novo, agentiza-se a língua e ignora-se o papel social do sujeito falante. Além disso, a «ecologia» de Haugen limita-se ao campo da produção de saber sobre a língua, sem adiantar uma proposta de *acção ecolinguística* encaminhada à gestão da glotodiversidade.

[4] «...los sistemas sociotécnicos constan de regímenes con características que pueden ser descritas en términos políticos. Tiene perfecto sentido hablar sobre la libertad o la falta de ésta, la igualdad o la desigualdad, el autoritarismo o la democracia, así como de las clases de relaciones de poder que existen en el seno de un sistema tecnológico».

[5] Logicamente, qualquer teorização pode acarretar a sua aplicação ulterior por meio de técnicas e tecnologias. Cumpre avaliar o alcance e o possível impacto das teorizações, deslindar as técnicas aplicáveis e as não aplicáveis (e avaliar *porque* o são), evitando a aplicação mimética de uma técnica de intervenção linguística determinada (uma fórmula morfológica ou ortográfica) simplesmente porque o fenómeno subjacente «foi descoberto» e a técnica correctiva «está aí» para ser experimentada.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aracil, Lluís V. 1986. «Lengua nacional»: ¿Una crisis sin crítica? Em José Ignacio Ruiz Olabuenaga e José Agustín Ozamiz, eds. *Sociología de las lenguas minorizadas*. Martutate: Ttartalo, 443-458.

Bakhtin, Mikhail M. 1981. Discourse in the novel. Em *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 259-422.

Baudrillard, Jean. 1981. *For a critique of the political economy of the sign*. St. Louis: Telos Press.

Bourdieu, Pierre. 1977. The economics of linguistic exchanges. *Social Science Information* 16.6, 645-668.

Bourdieu, Pierre. 1982. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.

Calvet, Louis-Jean. 1974. *Linguistique et colonialisme: Petit traité de glottophagie*. Paris: Payot.

Cobarrubias, Juan G. 1986. Status de las lenguas minorizadas. Em José Ignacio Ruiz Olabuenaga e José Agustín Ozamiz, eds. *Sociología de las lenguas minorizadas*. Martutate: Ttartalo, 185-190.

Escobar, Arturo. 1993. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. Ponência apresentada no curso *La formación del futuro: necesidad de un compromiso con el desarrollo sostenible*, Universidad Complutense de Madrid, 23-27 de Agosto, 1993.

Haspelmath, Martin. 1993. In memoriam: Ubykh (Tevfik Esenc). Colaboração enviada para a lista electrónica *LINGUIST*, 9-Junho-1993.

Haugen, Einar. 1972. The ecology of language. Em *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 325-339.

Sanmartín, José. 1992. Ingeniería genética humana: Evaluación y percepción pública de las tecnologías genéticas. Em José Sanmartín, Stephen H. Cutcliffe, Steven L. Goldman e Manuel Medina, eds. *Estudios sobre sociedad y tecnología*. Barcelona: Anthropos, 224-265.

Winner, Langdon. 1992. La carrera tecnológica y la cultura política. Em José Sanmartín, Stephen H. Cutcliffe, Steven L. Goldman e Manuel Medina, eds. *Estudios sobre sociedad y tecnología*. Barcelona: Anthropos, 287-301.